"É motivo de orgulho para todo o Brasil".
**Presidente Dilma, sobre o título dado ao Rio de Janeiro pela Unesco**

Jornal de Brasília
Atacar é a ordem de Telê

**Há 30 anos no Jornal de Brasília**

**SEXTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1982**

**Atacar é a ordem de Telê**
A Seleção está tranquila para o jogo de hoje contra a Argentina e o técnico Telê Santana preparou novas jogadas de ataque.

**Comida intoxica funcionários da Só Frango**
Cerca de 80 funcionários da granja do abatedouro da Granja Só Frango foram internados com intoxicação alimentar.

## EDITORIAL

# Os infratores e a reincidência

Existe algo de profundamente errado com as instituições que, ao menos em tese, aplicam medidas socioeducativas a menores infratores no Distrito Federal. Chega a ser emblemático o caso do jovem que conseguiu evadir-se do Caje e foi apreendido poucos dias depois quando assaltava um casal no Riacho Fundo. A verdade é que a esmagadora maioria deles volta a delinquir.

Pelas estatísticas, nada menos do que 42% dos menores liberados de instituições socioeducativas reincidem. Sabe-se que, como infrações menores sequer são registradas e computadas, essa proporção é, na realidade, mais elevada. Dos reincidentes, ao menos dois terços cometem, na verdade, crimes mais sérios que os anteriores.

É evidente que só a longo prazo se conseguirão soluções efetivas – quando a educação pública melhorar, quando o emprego crescer, quando houver melhores condições de vida nas periferias urbanas, quando houver espaços de lazer garantido aos jovens e assim por diante. Até lá, porém, espera-se ao menos que as medidas socioeducativas funcionem de forma mais eficaz, que a impunidade se reduza e que a sociedade seja mais protegida.

## ARTIGO

# Empreender para incluir

**Adelmir Santana**
Presidente do Sistema Fecomércio-DF (Federação, Instituto, Sesc e Senac)

Ter o próprio negócio ainda é um sonho para milhares de pessoas no Brasil. O que estes brasileiros desejam de verdade, mais do que virar chefe, é reconhecimento. Isso se traduz em liberdade para empreender e, principalmente, em inclusão social. Não é um desejo qualquer. Nós temos que lutar e cobrar para que a cultura do empreendedorismo se torne uma realidade em nosso país e não seja apenas uma fantasia ou ilusão.

Hoje, o Sebrae no Distrito Federal dá mais um passo em direção a formalização dos trabalhadores brasilienses. Começa nesta segunda-feira e vai até sábado, em nove cidades do DF, a Semana do Empreendedor Individual. A expectativa é a de que durante esse período sejam realizados 4,4 mil atendimentos. Os benefícios são muitos.

O empreendedor individual, eu não me canso de explicar, é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário. Para se enquadrar nessa categoria é necessário faturar no máximo até R$ 60 mil por ano ou R$ 5 mil por mês e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Defendo esse mecanismo, sobretudo, por acreditar no empreendedorismo como gerador de desenvolvimento e por ter sido o relator da Lei Complementar nº 128, que criou essa figura legal.

Quando ocupava uma cadeira no Senado, lutei pela aprovação dessa matéria para que nós conseguíssemos promover uma desoneração tributária, a redução da burocracia e o estímulo à abertura e legalização de empresas. Deu certo. Por essa legislação, mais de 400 profissionais em situação informal – como sapateiros e costureiras, por exemplo – agora podem se legalizar. Quando a pessoa se torna um empreendedor individual ela passa a ter, principalmente, um CNPJ, o que facilita a abertura de conta bancária, a obtenção de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o pequeno empresário é enquadrado no Simples Nacional e fica isento dos tributos federais, como Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL. O único custo da formalização é o pagamento mensal de R$ 27,25 (INSS) e mais uma pequena quantia de R$ 5 ou R$ 1, dependendo se a atuação é como prestador de serviço ou no ramo do comércio e da indústria. Com essas contribuições, o cidadão tem acesso a auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria, entre outros benefícios.

O Distrito Federal tem atualmente mais de 48 mil empreendedores individuais formalizados. É um contingente expressivo de pessoas que saíram do mercado informal e passaram a contribuir com o Estado. Destes, 94% recomendariam a formalização.

Isso nos mostra que essa luta é acertada. O Sebrae está de parabéns. Volto a repetir: o desejo do brasileiro de ter o próprio negócio é autêntico e precisa ser estimulado. A informalidade só traz prejuízos, para o Estado e para sociedade. A formalização, por sua vez, se traduz em ganhos econômicos, sociais e de autoestima.

## EM DEBATE

### Internação de usuário de drogas ou álcool deve ser compulsória?

## SIM

**Marco Feliciano**
Pastor evangélico

A tragédia do desperdício de vidas humanas pelo uso de drogas e de bebidas alcoólicas é, infelizmente, uma realidade cada vez mais presente na vida dos brasileiros. O número de dependentes se alastra ao ponto de hoje termos a maioria dos municípios brasileiros no enfrentamento de casos que exigem novas políticas de saúde pública e de contenção da criminalidade.

Estamos diante de uma nova "chaga social", que afeta a ocupação do espaço urbano, com a criação de "cracolândias", verdadeiros depósitos de vidas humanas à espera do momento de sucumbir fatalmente ao abuso de drogas e de álcool. Cada uma dessas pessoas, hoje dependente de drogas e de bebidas alcoólicas, passa a ser um excluído social, um pária, e consigo traz um histórico de sofrimento familiar e de desagregação social. A gravidade dos problemas não deve nos paralisar. Ao contrário, precisamos nos empenhar por soluções que façam frente aos desafios de nosso tempo. Temos como urgente e necessária a criação de uma grande frente de saúde pública que seja capaz de lutar contra o drama do avanço das drogas e do álcool na sociedade brasileira. É preciso contar com unidades básicas, programas de saúde da família, consultórios volantes para abordagem e cuidado das pessoas em situação de rua, enfermarias especializadass, unidades de acolhimento para pessoas que necessitem de internação prolongada, parcerias com entidades do terceiro setor e comunidades terapêuticas.

## NÃO

**Marília Capponi**
Psicóloga

Esse tipo de medida fere os direitos humanos e tenta destruir o movimento da reforma psiquiátrica. Não basta reconhecer a insuficiência da rede de saúde na administração das necessidades dos que dependem de drogas, mas estabelecer o compromisso de ampliá-la com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Os especialistas acreditam que a opção pela internação em instituição terapêutica deve ser considerada e respeitada, mas desde que seja avaliada caso a caso – e jamais adotada como uma política pública.

Trabalhadores, gestores e usuários do SUS mobilizaram-se a favor da defesa dos direitos humanos e do tratamento em serviços abertos e articulados com a Rede Antimanicomial. Fica claro que as comunidades terapêuticas não são aceitas pelos que constroem o SUS. Elas se constituem em serviços que se organizam a partir de pressupostos morais e religiosos que ainda persistem devido à correlação de forças nas diferentes instâncias dos legislativos, executivos e judiciários do nosso país. Outro estudo, feito pelo psiquiatra e coordenador do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (Proad) Dartiu Xavier da Silveira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mostra que apenas 2% dos pacientes internados contra a vontade têm sucesso no tratamento e 98% deles reincidem. A porcentagem de fracassos é alta demais para que a medida seja adotada como política pública no enfrentamento do crack.